

RENATO JANINE RIBEIRO E A NOVA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA

RESUMO:

Professor titular da USP nas disciplinas de Ética e Filosofia Política, Renato Janine Ribeiro exerceu diversos cargos na educação superior, dentre eles o de diretor de avaliação da Capes. Publicou 18 livros, além de traduções e revisões técnicas. No Projeto UniBrasil Futuro apresentou uma lúcida reflexão sobre o tema Brasil - mudanças e perspectivas e o recorte escolhido para a análise foi o cenário complexo e polêmico das manifestações que ganharam as ruas do país entre maio e julho de 2013.

AUTOR:

Jairo Marçal – Professor de Filosofia e Teoria Política e Reitor do UniBrasil Centro Universitário.

A articulação entre o pensamento filosófico e a vida cotidiana é desejável e importante porque a Filosofia pode trazer para esse encontro a contribuição das luzes dos conceitos, da análise e da crítica, mas é justamente essa qualidade que torna a tarefa complexa e difícil de ser realizada. A propósito dessa dificuldade, Hegel, no prefácio à Filosofia do Direito, alerta que “a coruja de Minerva só alça voo ao anoitecer”. Talvez por essa razão, talvez por força de uma certa tradição que acabou por afastar a Filosofia da pólis, seu habitat, muitos filósofos não arriscam uma caminhada pelas sendas da vida cotidiana.

O filósofo e professor do departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, Renato Janine Ribeiro, fiel ao espírito participativo e provocador da Filosofia, não abre mão do diálogo com a realidade e com a irrealidade da vida cotidiana e, desde há muito vem enfrentando os temas da política e da ética em seus livros e artigos acadêmicos, nas páginas de jornais, no seu site, na televisão e em palestras.

Em sua participação no Projeto UniBrasil Futuro, Renato Janine Ribeiro apresentou uma lúcida reflexão sobre o tema: Brasil - mudanças e perspectivas e, o recorte escolhido para a análise foi o cenário complexo e

polêmico das manifestações que ganharam as ruas do país entre maio e julho de 2013. A palestra ganhou em profundidade com a investigação das causas e objetivos das manifestações e também dos seus reflexos na agenda futura do país.

Renato Janine Ribeiro argumenta que as últimas décadas no Brasil foram marcadas por três grandes vitórias democráticas – o fim da ditadura e a campanha das Diretas Já (1984/1985), o controle da inflação (1994) e as recentes políticas de larga escala, voltadas à inclusão social (a partir de 2003). As manifestações de 2013, observa o filósofo, apresentaram uma quarta agenda, que inclui demandas imediatas por direitos sociais básicos.

O professor observa que o tom mais imediatista e o foco bastante setorizado das recentes manifestações brasileiras as afastam de outros movimentos políticos importantes do cenário nacional e internacional, como Maio de 1968, as Diretas Já ou a Primavera Árabe, que apresentavam reivindicações de maior amplitude e que denotavam uma consciência política forte.

Não é preciso grande esforço para reconhecer a legitimidade política das manifestações de 2013, afinal, o povo que foi às ruas reivindicava o direito ao transporte coletivo, educação, saúde e segurança, enfim, o clamor popular exigia do Estado a entrega de serviços públicos de qualidade.

As manifestações de 2013 trouxeram à tona dois graves problemas. Por um lado, denunciavam a falta de qualidade e por vezes mesmo a inexistência de serviços públicos básicos. Por outro lado, em razão da nossa jovem e incipiente democracia e da falta de uma

tradição de exercício da cidadania participativa, os movimentos, bastante verticalizados, não demonstraram lastro numa consciência política, o que permitiu excessos e atos de violência estranhos à própria democracia.

Os questionamentos de Renato Janine Ribeiro nos impõem a necessidade da reflexão sobre os dissensos constituintes da vida política. Nessa linha, é fundamental compreender que os conflitos entre o povo e os governantes fazem parte da construção e da consolidação das democracias. Maquiavel, no famoso livro quatro dos Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio, elogiou os confrontos entre o povo e o senado, por entender a sua legitimidade, e atribuiu a eles a grandeza e a liberdade da república romana. No entendimento do filósofo florentino, os debates públicos oportunizavam a exposição dos descontentamentos, das reivindicações e possibilitavam correções de rumo das leis e do funcionamento da sociedade. Desse modo, por serem reconhecidos pelo poder público, por estarem envolvidos e comprometidos, por perceberem os resultados efetivos da sua participação na vida pública, os cidadãos eram defensores da república e não seus inimigos. Segundo Maquiavel, eram os conflitos e os debates que permitiam as correções da lei e da vida em sociedade, e que garantiam estabilidade e vida longa ao regime.

Apesar das referências às fragilidades da nossa democracia, Renato Janine Ribeiro observa que é preciso reconhecer aos avanços conquistados a partir da ação dos movimentos pelos direitos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e dos sem-terra, por exemplo. Além disso, os indicadores da inclusão social no Brasil, gerados no último censo, são muito positivos, sobretudo no que se refere ao

combate à fome e à pobreza e isso é resultado de políticas públicas assertivas. Não obstante, inclusão social é apenas um primeiro estágio e é preciso que tenhamos consciência que ainda há muito por fazer. Renato Janine Ribeiro reconhece que estamos no caminho certo, mas problematiza a questão observando que a inclusão social no Brasil deu-se mais pelo consumo do que pela educação. O filósofo argumenta que na trilha do consumo não há necessidade de transferência de renda, mas quando o assunto é educação faz-se necessário o investimento e aí o poder costuma arrefecer seu entusiasmo. Essa opção da inclusão pela via do consumo tem, segundo o filósofo, um custo altíssimo: a despolitização.

No contexto das manifestações sociais, talvez um dos exemplos mais contundentes dos limites e efeitos de uma inclusão social pautada pelo consumo e não pela educação, sejam os “rolezinhos”, protagonizados por jovens que manifestam o desejo de reconhecimento tão somente pelo potencial consumo e não pela consciência política e pela ação cidadã. Como sustenta Renato Janine Ribeiro, se os atenienses costumavam fazer da participação política uma festa, por aqui e por enquanto, “na festa da despolitização o consumo substitui a cidadania”.

O descaso pela cidadania favorece o crescimento de posturas marcadas por um individualismo desmedido, incompatíveis com o espírito da república e capazes de corromper as bases da vida em comunidade. Para melhor explicar essa situação, Renato Janine resgata o termo grego *idiótes*, utilizado na Grécia antiga para referir-se à condição daqueles indivíduos que se recolhiam à vida privada e que, portanto, recusavam a vida na esfera política. Em termos aristotélicos, os *idiótes* abdicavam da vida no reino da liberdade (vida política) para se recolher ao reino da necessidade (vida privada).

O problema da recusa à participação política é ainda mais complexo, pois abre espaço para a corrupção, que não pode ser compreendida apenas pelos seus efeitos (os desvios do dinheiro público, por exemplo), mas sobretudo pelas suas causas. Entre os filósofos que mais se dedicaram a estudar as causas e efeitos da corrupção figura Maquiavel. Ele definiu a corrupção como a incapacidade de uma pessoa de se dedicar ao bem comum, colocando seus interesses privados acima dos interesses públicos. Na concepção maquiaveliana a corrupção é a grande geradora de impotência e conseqüente causa da perda da liberdade de um povo, muito mais do que os sortilégios da fortuna. Para Maquiavel, quando a corrupção atinge os governantes, mas a população permanece virtuosa, ela gera conflitos no sentido de não permitir que a corrupção tome conta do Estado. Porém, quando o povo se corrompe mesmo as melhores leis se demonstram impotentes. Nesses casos o fim da sociedade é iminente.

Numa democracia as relações interpessoais, sociais e políticas são constituídas e mediadas pela linguagem. E aqueles que não têm controle sobre o seu próprio pensamento e discurso, geralmente vivem à mercê do pensamento e discurso alheios e, por isso, expostos a várias formas de dominação e aliados da vida cidadã.

Em sua palestra, Renato Janine Ribeiro nos convidou a refletir sobre o dilema de uma sociedade que deseja mudanças, mas que se defronta com os limites impostos por uma educação frágil e da despolitização, fatores que dificultam a organização de uma nova agenda política à altura dos ideais republicanos que poderiam contribuir com a criação de um espaço público que assegurasse as liberdades individuais.